

SUBSÍDIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: APONTAMENTOS PARA ABORDAGEM DA TEMÁTICA AFROINDÍGENA NAS AULAS DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO.

Edivânia Ferreira Agostinho¹
Siony Rocha de Sousa²

RESUMO

Este trabalho se propõem a apresentar os resultados de uma pesquisa que analisa as políticas educacionais surgidas no contexto da redemocratização brasileira, com ênfase nas que buscaram incorporar, em maior ou menor grau, a questão da diversidade étnico-racial do Brasil. Por meio delas se procurou problematizar a relação entre ensino de História, Educação e antirracismo no Brasil. Ao longo dessa pesquisa se percebeu que nas últimas décadas muito se avançou nesse âmbito, porém, a morosidade na efetivação dessas leis e, conseqüentemente, a não consolidação desse projeto de educação antirracista, nos levou a constatar que a população afroindígena permanece sendo alijada de direitos básicos, como o da preservação e da valorização de suas histórias e memórias. Na tentativa de contribuir com a efetivação dessas leis e com a consolidação desse projeto educacional, buscou-se oferecer sugestões de possibilidades didático-pedagógicas para a inserção dessa temática nas aulas de história do ensino médio por meio da formulação de um guia teórico-metodológico com sugestões de recursos e materiais disponibilizados gratuitamente na internet. No presente trabalho será apresentado, ainda que genericamente, um esboço deste guia.

Palavras-chave: Ensino de História; Afroindígenas; Antirracismo; Guia Teórico-Metodológico.

INTRODUÇÃO

A educação tem sido utilizada no Brasil como uma importante ferramenta de manutenção e perpetuação das desigualdades étnico-raciais. A escola, enquanto instituição social, constantemente reproduz os comportamentos preconceituosos, discriminatórios e racistas existentes na sociedade brasileira, além de ser um locus privilegiado que contribui para a permanência e o agravamento das discrepâncias socioeconômicas no país. Para além disso, o currículo oficial de ensino brasileiro permanece fortemente marcado pelo etnocentrismo europeu que, na realidade, perpassa boa parte da produção do conhecimento científico brasileiro.

Percebendo a educação como um importante campo na luta antirracista e para a promoção da justiça social, o movimento negro, indígena e indigenista organizado passou a reivindicar a criação de leis, em especial ligadas à educação, que buscassem o rompimento

¹ Mestre em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri / Rede PROFHISTÓRIA; Professora da Educação Básica (SEDUC); autor principal; email: edivania_agostinho@hotmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal Vale do São Francisco; Membro do Laboratório de Estudos da Cultura Corporal; Professora da Educação Básica (SEDUC); co-autora; email: sionyrocha.edf@gmail.com.

com o quadro descrito acima. A pressão interna feita por esses movimentos somada às exigências internacionais que marcaram a última década do século XX e as primeiras do século XXI, foram determinantes para o sancionamento de leis e de todo um corpo normativo voltados para a garantia dos direitos básicos da população negra, entre eles o direito à educação, ao respeito as suas diferenças étnicas-raciais e ao reconhecimento da sua história e cultura.

Pode-se destacar dessa legislação, dada a sua relevância e ao processo histórico de lutas que as originaram, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que alteraram a LDB/1996 ao incluir a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo oficial de todas as séries e modalidades do ensino brasileiro. Para a efetiva implantação de ambas as leis, foram paulatinamente sendo formulados pareceres e atos normativos que contribuíram também para demonstrar a situação em que se encontrava a educação étnico-racial no Brasil, o que era necessário mudar nesse campo e como isso poderia ser feito.

Por meio dessas leis é possível perceber a educação como um caminho primordial para a superação dos preconceitos, discriminações, do racismo e da desigualdade étnico-racial que ainda vigora fortemente no Brasil, bem como para a valorização da história e cultura negra e indígena. Nessas leis a educação é vista como uma construção social que pode e deve ser utilizada como um instrumento para provocar e suscitar alteridade, empatia, equidade e respeito entre os estudantes e esse propósito só poderá ser alcançado por meio de mudanças curriculares, da adoção de metodologias, de projetos e programas específicos que busquem desconstruir as concepções e práticas racistas tão estruturalmente arraigadas na sociedade brasileira. Ou seja, esse processo será consolidado mediante a adoção de uma pedagogia antirracista, conforme preconizado em lei.

METODOLOGIA

A abordagem da História e Cultura Afroindígena no cotidiano escolar brasileiro ainda se encontra, como anteriormente assinalado, verdadeiramente limitada, escassa, estereotipada, e ocorrendo na maioria das vezes por meio de iniciativas individuais e esparsas. A esse respeito, Divalte Garcia Figueira, por intermédio da análise dos estudos de alguns especialistas em Ensino da História e Cultura Afroindígena, nos ajuda a lembrar algumas falhas que são comumente observadas no trato dessa temática em sala de aula, em especial, no Ensino de História, afirma que

Dentre as principais falhas, esses estudiosos [especialistas] apontaram que: (1) índios e negros são quase sempre enfocados no passado e de forma secundária: os índios quase sempre aparecem em função do colonizador; (2) a história é estanque, marcada por eventos significativos de uma historiografia basicamente europeia, ignorando o processo histórico que teve curso no continente; (3) os povos indígenas são apresentados pela negação de traços culturais significativos (falta de escrita, falta de governo, falta de tecnologia para lidar com metais etc.); (4) Omissão, redução e simplificação do papel do indígena na história; (5) operam com a noção de “índio genérico”, ignorando a diversidade que sempre existiu entre esses povos (6) generalizam traços culturais próprios de um povo para todos os povos indígenas; e, por fim, (7) trabalham com a dicotomia “índios puros”, vivendo na Amazônia, *versos* “índios já contaminados” pela civilização, na qual a aculturação é um caminho sem volta. (FIGUEIRA, 2013, p.10)

Nessa análise é dada ênfase as falhas percebidas no Ensino de História Indígena, entretanto quase todos os itens elencados acima podem ser também estendidos ao Ensino de História Africana e Afro-Brasileira. Nesse sentido, é possível alvitrar a relação entre os problemas supracitados que tangem ao Ensino da História e Cultura Afroindígena com a deficiente formação inicial e continuada dos docentes, e com a escassa e precária produção de materiais didáticos, paradidáticos, metodológicos e pedagógicos que contemplam e auxiliam os professores na abordagem dessa temática.

Com essa perspectiva, buscamos encontrar ao longo dessa pesquisa proposições, indicações, sugestões, dicas e orientações de materiais e recursos didáticos e paradidáticos, bem como sites, planos de aulas, fontes de pesquisas e documentais, além de referências bibliográficas para o professor, que possam ser utilizados no preparo e execução de aulas para o Ensino de História durante o Ensino Médio para que contemplem a História e Cultura Afroindígena no decorrer de todo o ano letivo.

O trabalho cujo resultado será aqui apresentado foi de coleta e catalogação de dados, recursos e materiais que pudessem ser úteis para a abordagem dessa temática em sala de aula. A seleção que foi apresentada ao final da pesquisa teve como base a nossa experiência docente (apesar dos nossos poucos anos de magistério, sempre acreditamos na relevância e na necessidade da abordagem de tais temáticas em sala de aula, buscando meios para desenvolvê-las), nas experiências relatadas e executadas por colegas de trabalho e por companheiros de estudos, também docentes, com os quais sempre aprendemos muito. Ela também está embasada nas descobertas feitas durante essa pesquisa que abriu um leque de possibilidades e nos permitiu aprofundar, alargar e enriquecer os nossos conhecimentos e a nossa prática docente.

Deste modo, o intuito dessa proposta foi, principalmente, compartilhar com outros docentes, os conhecimentos construídos e adquiridos até aqui, apresentar-lhes possibilidades e caminhos para abordar a trajetória das populações africanas, afro-brasileiras e indígenas,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

buscando inspirá-los e contribuir para o preenchimento ou pelo menos a diminuição dessa lacuna que existe no Ensino de História Afroindígena.

Em nenhum momento se pretendeu construir um manual autoritário que se apresentasse como a única possibilidade de abordagem da temática afroindígena em sala de aula. Pelo contrário, acreditamos que a prática docente deve ser plural, multifacetada e, acima de tudo, criativa, buscando sempre levar em consideração a realidade física, material e de aprendizagem das escolas em que trabalham e a de seus alunos.

Por fim, vale ressaltar que um dos critérios utilizados para a seleção dos itens que foram sugeridos no trabalho desenvolvido foi o da sua acessibilidade, tendo dado preferência aos recursos e materiais disponibilizados gratuitamente na internet, em uma tentativa de democratização e socialização desse conhecimento para qualquer profissional interessado, tentando permitir que todos os que desejarem, independente da sua localização geográfica, possam adquiri-los.

DESENVOLVIMENTO

O tratamento das questões relativas à História e Cultura Afroindígena no Ensino de História ainda reproduz e perpetua erros seculares. Apesar do processo de renovação que temos assistido nas últimas décadas, permanecem muitas lacunas, equívocos, visões estereotipadas, reducionismos e a negatividade na abordagem dessa temática na Educação Básica.

É frequente, por exemplo, a menção a esses povos ocorrer apenas na disciplina de História e estar estritamente relacionada ao contexto da colonização das Américas, em que negros e indígenas aparecem sempre como povos subjugados e passivos ao domínio europeu, negando assim os conflitos e as resistências a esse processo. No mais, se nega a diversidade desses povos, a riqueza das suas culturas e a aparentemente lógica, mas que requer ser explicitada, permanência da presença deles na História do Brasil. Diante disso, pode-se visualizar o quanto o Ensino de História brasileiro ainda é etnocêntrico e excludente, e o quanto ele precisa ser repensado, revisto e reformulado.

Isso se deve ao fato de que o racismo no Brasil é institucional e que desse modo encontra-se arraigado ao meio escolar brasileiro. Sendo assim, pode se perceber que no seio do ambiente escolar ocorrem rotineiramente práticas que buscam subjugar o conhecimento, a história e a cultura afro-brasileira e indígena, bem como os traços físicos e culturais desses povos. Essas práticas vão desde um estudante não querer sentar ao lado do colega ou

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

participar de atividades grupais com o mesmo, inconscientemente ou não, pelo fato dele ser negro ou indígena até professores se referirem e tratarem seus alunos de forma diferenciada devido às diferenças étnico-raciais dos mesmos, perpassando pela utilização de termos ofensivos e estereotipados advindos, às vezes até dos próprios professores, do estabelecimento de um determinado e único padrão aluno, e dos silenciamentos diante das situações de injúrias raciais³.

É evidente que tais práticas não ocorrem apenas dentro da realidade escolar, como também não são oriundas unicamente das relações sociais que se estabelecem nela. Podemos dizer que a escola é atingida pelo racismo ao mesmo tempo em que contribui para sua disseminação. Do mesmo modo, a escola não pode ser entendida como a única responsável pela resolução de tal problemática, tendo em vista sua profundidade em nossa sociedade. No entanto, ela possui um papel primordial nesse processo. A esse respeito, é afirmado por via do parecer 003/2004 (2004, p. 6) e das DCN's para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p. 14, 15) que,

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2004, p. 6)

Nessa perspectiva, a escola ganha centralidade como um instrumento essencial para o combate do racismo e do preconceito étnico-racial devido à percepção “do preconceito como produto de comportamento apreendido no grupo social do qual se faz parte e a partir de ideias e de valores que o dominam” (BRASIL, 2015, p. 8), sendo desse modo o caráter aglutinador, instrutor e orientador da escola fundamentais para a sua desconstrução.

Em contraste com o modelo educacional supracitado é estabelecido por meio dos pareceres, resoluções e diretrizes oriundos das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, um projeto educacional para o ensino brasileiro em que a diversidade verdadeiramente chegue às salas de aula. Nessa “nova” perspectiva é apresentada como responsabilidade escolar a incorporação plena tanto da História e Cultura Afrobrasileira e Indígena quanto de seus sujeitos. No parecer

³ Ver CAVALLEIRO, Eliane, 2005, p. 65-104 e OLIVEIRA, Lúcio, 2007.

003/2004 e nas DCN's para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) foi definido que a partir daquele momento a escola teria o dever direto de combater o racismo e de ampliar a visão reduzida tida sobre os afro-brasileiros e indígenas. Neles se lê,

[...] aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. (BRASIL, 2004, p. 8)

Apesar de essa referência fazer alusão apenas à população negra, pelo claro motivo de ambos os documentos se destinarem a esse grupo, essa concepção pode ser estendida aos indígenas brasileiros. A proposta apresentada busca por intermédio da escola e dos que se encontram em seu entorno, construir imagens positivas e valorizativas desses grupos, permitindo que haja por parte dos estudantes identificação, orgulho do seu pertencimento étnico-racial, respeito e alteridade. No que concerne a essa afirmativa é reiterado no parecer 14/2015 que,

[...]é preciso construir representações sociais positivas que valorizem as diferentes origens culturais da população brasileira como um valor e, ao mesmo tempo, crie um ambiente escolar que permita a manifestação criativa e transformadora da diversidade como forma de superar situações de preconceito e discriminações étnico-raciais. (BRASIL, 2015, p. 2)

Pode-se destacar também que, segundo o que está preconizado nesses documentos, para que tal processo ocorra é essencial que seja implantada uma nova abordagem para o estudo da temática da diversidade no cotidiano escolar. Nesse sentido, torna-se imperativo repensar a base curricular para que, como estabelecido, a história e cultura afroindígena perpassa todo o currículo e todas as etapas do ensino brasileiro.

Nessa perspectiva, é necessário que sejam incluídos nesses currículos e, principalmente, que adentrem as salas de aulas, discussões referentes a esses povos no contexto posterior à Proclamação da República, apresentando, por exemplo, as resistências diversas que esses povos enfrentaram nesse contexto e mesmo durante a colonização, bem como deve ser possibilitado o conhecimento das culturas indígenas a partir da interlocução dos próprios índios para que os estudantes percebam o quão variadas e ricas elas são.

Nesse mesmo sentido, o continente africano deve ser apresentado, destacando não só as problemáticas advindas das desigualdades socioeconômicas, mas também a sua diversidade, amplitude, culturas e riquezas. Ao analisar as DCN's para a Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e o parecer 003/2014, pode ser encontrado uma série de conteúdos possíveis e necessários para a abordagem da história e cultura africana em sala de aula.

Um passo importante a ser dado, é trazer para o ensino, principalmente o de História, a dimensão do conflito, ou seja, devem ser apresentados aos estudantes discussões, acontecimentos e fatos que demonstrem os embates e disputas ocorridos ao longo desses cinco séculos de colonização, revelando assim uma história mais justa e igualitária em que negros e indígenas lutaram, resistiram e conquistaram direitos, buscando romper com a visão de passividade e de sujeição atribuída a eles. Conforme é ressaltado no parecer 003/2004 (2004, p. 5) e ratificado nas DCN's para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p. 14), “é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros”. E ainda se complementa,

Se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários ou a semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados. (BRASIL, 2004, p.14)

Com a introdução dessa pedagogia em que os conflitos históricos são escancarados, a educação tornar-se mais equitativa, pois, como assinalado, os grupos sociais envolvidos poderão se perceber num mesmo patamar de humanidade. Esse pode ser ainda um processo de emancipação em que por meio da explicitação das dores e sofrimentos causados pela desigualdade e injustiça social se possam apreender novas formas de relacionamentos.

Por todos os elementos destacados, compartilhamos com os atuais documentos que estabelecem e norteiam a implementação de um projeto educacional direcionado para a construção de relações étnico-raciais mais saudáveis, justas e equilibradas, tendo em vista que esse pode ser, a nosso ver, o caminho para a construção de uma sociedade igualitária e plural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das questões frequentemente levantadas para justificar ou para, pelo menos, explicar a dificuldade na implantação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 é a ausência ou a deficiência da abordagem da História e Cultura Afroindígena na formação inicial de professores, ou seja, nos cursos de licenciatura e, posteriormente, a escassez de formação

continuada destinada para os profissionais do magistério, em especial, no que tange a abordagem dessas temáticas.

Vale lembrar que ambas as leis citadas acima são relativamente novas e que houve um processo de adaptação das universidades a elas. Isso equivale afirmar que a inserção de disciplinas que atendam as demandas preconizadas nessas leis nos currículos dos cursos de licenciatura é um fenômeno ainda mais recente. Neste caso, isto implica intuir que a grande maioria dos professores que lecionam atualmente na Educação Básica não teve acesso a elas.

Para o agravamento dessa situação, os cursos e encontros de formação continuada ainda são muito esporádicos e normalmente não conseguem atender a todos os profissionais do magistério e muito menos abarcar todas as problemáticas oriundas do cotidiano escolar e nem suprir todos os déficits advindos da formação inicial dos seus profissionais. Assim, mesmo com mais de uma década do início do processo da instauração da obrigatoriedade de uma educação que contemple as relações étnico-raciais e ainda que essa já seja uma demanda antiga dos movimentos sociais, principalmente, do movimento negro, a formação dos profissionais que vão colocá-la em prática permanece sendo um empecilho para a sua consolidação.

Nas últimas décadas, mais precisamente a partir do sancionamento das leis acima citadas e no decorrer da sua implantação, muito se passou a produzir sobre a relação entre Ensino de História e as populações afroindígenas. Com a perspectiva de abordar essa temática surgiram e/ou ganharam mais visibilidade pesquisas, grupos de estudos, revistas acadêmicas, *sites* e uma gama recursos audiovisuais, frutos dessas discussões, além das publicações produzidas e/ou financiadas por órgãos do governo com o intuito de concretizar e consolidar as leis que estavam sendo aprovadas.

A esse respeito podemos citar a criação dentro do Ministério da Educação - MEC da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) no ano de 2004, que posteriormente se tornou a SECADI ao abarcar também a modalidade de Educação Inclusiva. Por meio dessa secretaria foram lançadas coleções de obras voltadas, principalmente, para a formação teórica dos professores, em que se buscou discutir as problemáticas contemporâneas ligadas à educação, especialmente, da população negra, mas também da indígena; apresentar pesquisas concluídas e em andamento, que demonstrassem esse panorama e apresentar possibilidades de trabalho e materiais a serem utilizados na Educação Básica.

No mais, para além das obras subsidiadas pelo governo, existe uma infinidade de trabalhos desenvolvidos por entidades dos movimentos sociais negros e indígenas e pelos

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

grupos de estudos ligados às universidades brasileiras que podem também contribuir para o aperfeiçoamento dos profissionais docentes no que concerne a educação as relações étnico-raciais. Nesse sentido, podem ser encontrados uma variedade de *sites*, oriundos dessas entidades e/ou grupos que reúnem e oferecem informações, notícias, artigos e recursos destinados à reflexão sobre e para a educação afroindígena. Esses endereços eletrônicos oferecem infotecas, videotecas, acervos digitais, bem como disponibilizam artigos, biografias, pesquisas, poemas e materiais de apoio didático ao professor, tanto relacionados aos povos africanos e afro-brasileiros quanto à população indígena. Tal quais os apresentados anteriormente, eles possuem uma abordagem ampla, capaz de atender diversas temáticas referentes a esses povos, como suas histórias e trajetórias, culturas e diversidades, educação, saúde e terras, por meio de diferentes recursos que dinamizam o acesso a eles.

Por intermédio da análise desse material foi possível encontrar revistas eletrônicas inteiras ou edições delas direcionadas à temática afroindígena e jornais *online* que também se dedicam a essa abordagem. Muitos deles já são produzidos há décadas e mantêm as suas publicações atuais e antigas disponíveis para apreciação *online* e para download. Em geral, essas produções estão associadas a entidades dos movimentos sociais e as instituições de Ensino Superior que buscam, por diferentes vias, discutir, problematizar e dar visibilidade às demandas das populações afroindígenas brasileiras.

Outro recurso precioso e extremamente vantajoso para os professores da Educação Básica são os planos de aula disponibilizados pelos *sites* do *Geledes* (In: <https://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/planos-de-aula/>) e do *Videocamp* (Disponível em: <https://www.videocamp.com/pt/movies>). Os planos de aula encontrados no *site* do *Geledes* são escolhidos por meio de concursos para os quais, periodicamente, são lançados editais. Eles englobam temáticas e meios diversos para a abordagem das relações étnico-raciais nas escolas. Assim, oferece possibilidades de se trabalhar a África, a colonização africana e a escravização deste contexto, os quilombos, o racismo e a identidade negra, como também sugere filmes, vídeos, textos de diferentes naturezas, mapas e gráficos para serem utilizados em sala de aula, e ainda apontam como esse trabalho pode ser realizado. Esses roteiros de aula podem ser acessados por todos os que busquem por eles no *link* oferecido acima.

No que concerne aos planos de aula ofertados pela plataforma do *Videocamp*, eles se dividem em duas categorias, uma intitulada *Para profissionais*, voltada para a abordagem entre os educadores de modo geral, e outra *Para a sala de aula* que oferece roteiros de trabalhos e está organizado por tema e nível de ensino. Esses planos de aula estão

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

relacionados a como trabalhar os vídeos e filmes disponibilizados pelo *Videocamp* sobre questões diversas, o critério de seleção para as produções a serem incorporadas na página e, segundo afirmado no *site*, causarem impacto e transformação social. Dentre as temáticas abrangidas, se encontram a das relações étnico-raciais, da diversidade e dos grupos afroindígenas. Para ter acesso tanto aos vídeos quanto aos planos de aula, é necessário realizar um cadastro prévio por meio do endereço eletrônico exposto acima, o qual é simples, rápido e gratuito, valendo a pena fazê-lo.

Vale ressaltar que todos os itens apresentados ao final da pesquisa apresentam temas diversos ligados a um mote central que é a temática afroindígena, sendo que eles podem ser um meio profícuo para os professores compor ou ampliar os seus conhecimentos a respeito desse tema. Entretanto, eles se adequam ainda mais a nossa proposta por estarem todos refletindo, parcial ou completamente, sobre a educação desses povos. Desta forma, o tema da educação africana, afro-brasileira e indígena pode ser encontrado em todas as leis, coleções e *sites* sugeridos no guia elaborado ao final desta pesquisa, devido, em especial, a centralidade desta para as entidades que atuam a favor desses grupos e, principalmente, no cotidiano dos mesmos.

Mais uma vez é necessário esclarecer que os recursos apresentados acima se constituem como possibilidades e foram oferecidas a título de sugestão, sendo uma seleção feita a partir de escolhas subjetivas pautadas, principalmente, no critério de estarem disponíveis na internet para que todos possam acessá-las das mais diferentes regiões do Brasil, ficando assim à disposição de cada docente e dos demais leitores para tirar dela o que mais lhe aprouver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do caminho percorrido nesta pesquisa, pudemos constatar que no que se refere à inserção da temática afroindígena no ensino dessa disciplina, muito se conquistou. Haja vista que, atualmente, os seus livros didáticos não podem mais veicular conteúdos preconceituosos ou racistas e que muitos professores têm desenvolvido ações individuais e/ou coletivas com vistas em cumprir as determinações das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. No entanto, há ainda um longo caminho a se percorrer para que de fato essas leis se concretizem, universalmente, no Ensino de História brasileiro. Pois, apesar desse processo ter começado ainda na década de 1990, com a implantação das políticas educacionais de cunho universal, que parcialmente já abriram espaço para a discussão da diversidade em sala de aula; da

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

atuação dos movimentos sociais negros, indígenas e indigenistas pela adoção de políticas educacionais de cunho específico; e de ter obtido significativos ganhos na década seguinte; ainda hoje se reproduz por meio do Ensino de História visões incompletas, estereotipadas e preconceituosas a respeito desses povos, o que contribui para permanência do racismo para com eles, para o seu não reconhecimento e aceitação, e para o crescimento dos índices de evasão e abandono escolar.

Nessa perspectiva, cremos que a teorização sobre a íntima relação entre educação e racismo, seja fundamental para a construção de uma nova postura no cenário educacional e o compartilhamento de práticas pedagógicas antirracistas seja fulcral para o estabelecimento de um ensino neste formato. Ante isso, buscamos no resultado final da pesquisa que dá origem a esse trabalho trilhar um pouco desse caminho, oferecer possibilidades pensadas por nós e por outros pesquisadores/professores para a efetivação desse projeto de educação antirracista. Não se pretendeu oferecer fórmulas prontas para serem utilizadas nas aulas de História e sim elencar recursos e materiais que possam ser utilizados, juntos ou separadamente, no preparo ou na execução das aulas de história.

Cabe aqui lembrar que a educação para as relações étnico-raciais não diz respeito apenas à população negra e indígena, mas sim, a todos que compõem a sociedade brasileira, haja vista que esse modelo educacional busca o diálogo entre os diferentes grupos étnico-raciais que constituem o povo brasileiro, com vistas à implementação de um ensino plural, proporcional e justo.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** (Coleção Educação para todos). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – DCN's (outubro de 2004). In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192 (acesso em 19 de abril de 2018).

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História, 3º ano: ensino médio**. São Paulo, IBEP, 2013 – (Coleção Integralis).

LEI 11.645/2008 (10 de março de 2008). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm(acesso em 18/05/2017).

LEI 10.639/2003 (9 de janeiro de 2003). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm (acesso em 18/05/2017).

OLIVEIRA, Lúcio. **Tímidos ou Indisciplinados?**. São Paulo: MEC, 2007. (Coleção Percepções da Diferença: Negros e brancos na escola).

PARECER/CNE/CP 003/2004 (10 de março de 2004). Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf> (acesso em 20/08/2017).

PARECER/CNE/CEB 14/2015 (11 de novembro de 2015). In:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&Itemid=30192 (acesso em 10 de janeiro de 2018).

RESOLUÇÃO/CNE nº 1 (17 de junho de 2004). Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>(acesso em 20 de agosto de 2017).